



D -1-4:	
	amente à habitação, sabiam que era um assunto que ultrapassava as
-	s da Junta de Freguesia. Foi relatada a questão das tendas na Avenida
	eis e nesse momento tinha duas tendas. Portanto, o trabalho que a Junta de
_	ha feito até teria que se louvar em relação ao número de tendas que
existiam ante	riormente na Avenida Almirante Reis
Quanto a	à fonte do Largo do Intendente, convidava a passar por lá, a fonte já estava
a funcionar e	m pleno
Em relaç	ção ao loureiro, foi cortado por uma questão de limpeza e desratização, mas
_	a deslocar ao local e verificar que o loureiro estava a florescer com força.
-	n sabiam que aquilo era uma obra importante, era uma obra de arte que
	ter ali na Freguesia. Portanto, tinham que criar condições para que fosse
•	, estavam a renovar os bancos também e a cuidar daquela obra de arte
	da Freguesia
	ção às intervenções do Senhor Miguel Macedo, as quais também agradecia
-	nham tido algumas respostas, se o Senhor Presidente permitisse depois
	avra ao engenheiro Rui Vilela
-	ó salientar que a obra da Rua Marques da Silva era da responsabilidade da
	icipal de Lisboa. A Junta de Freguesia não tinha qualquer responsabilidade
em relação ào	quela intervenção, mas registavam a opinião
Salienta	va que a obra da Joana Vasconcelos, pela sua importância, estava a ser
reparada. Os	bancos estavam partidos e estava a ter a requalificação para a melhoria do
espaço públic	20
Vogal o	do Executivo Rui Dionísio disse que respondendo ao munícipe Miguel
Macedo relat	tivamente à Rua Gomes Freire, agradeciam, tinha tido uma participação
	de verdadeira cidadania. Iam tomar nota do 161A e analisar
Relativa	mente à outra questão dos lugares, estaria a referir àquele recorte que era
	le táxis, depois da sua intervenção e na altura também referira que já tinha
	meira intervenção via e-mail e também já a conversa com os serviços.
_	com a Câmara, que também viu com bons olhos e o projeto original nesse
	retificado. Portanto, haveria alargamento do passeio e autorizaram que se
	n bocadinho mais até à entrada e ainda se ganhavam dois ou três lugares de
	nto, havia largura de faixa rodoviária suficiente
	neiro lugar a prioridade ao peão e haveria um passeio mais largo e sem um
-	
	posto que não servia para nada.
•	mentava pela cidadania, pela capacidade de visão e por colaborar naquilo
	apre a melhoria do espaço público da Freguesia
	ora Presidente já deu nota no que tinha a ver com a António Pedro e a
	Silva, a Junta não tinha nada a ver com esse assunto. Era uma intervenção
	sob a alçada da Câmara, portanto, todas aquelas perguntas, sinceramente
não tinha con	mo lhe responder. Teria que perguntar a quem direito na Câmara, ou na
	Municipal
-	inham de indicação era que havia a intenção de rebaixamento do passeio
nas zonas das	s travessias, das passadeiras, e haveria asfaltamento. Não sabia depois essas
cotas, os cent	tímetros que foram mencionados do passeio, nem sequer era técnico disso.
Portanto, sug	eria que esperassem para perceber qual seria exatamente o figurino final e
depois contac	ctar os serviços da Câmara Municipal, porque a Junta aí não estava a gastar
dinheiro e nã	o tinha nenhuma responsabilidade nessa intervenção

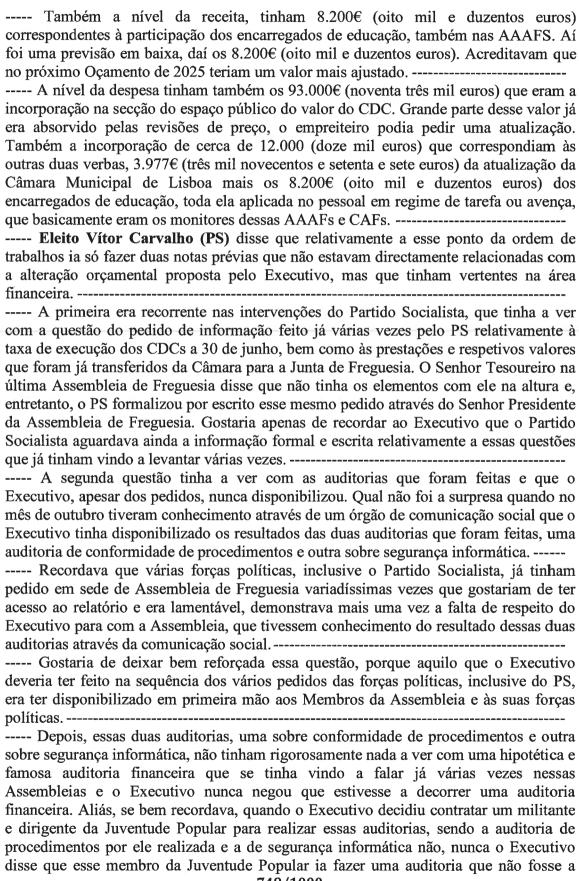


---- A Senhora Presidente da Junta, respondendo à intervenção da Senhora Isabel Nascimento, a qual também agradecia, em relação à piscina tinha razão, era um tema também de grande importância e preocupação para o Executivo. Continuavam a trabalhar com a Câmara Municipal de Lisboa, não tinham datas concretas, mas pretendiam que fosse um processo resolvido com a maior brevidade possível. Esses procedimentos não eram fáceis, tinham tido algumas dificuldades, mas justamente para não estar a criar grandes expetativas não ia avançar com datas. Podia avançar com o facto de que estavam a trabalhar diretamente com a Câmara Municipal de Lisboa e arduamente, porque queriam que esse problema da piscina fosse resolvido o mais brevemente possível. Sabiam o quanto fazia falta aos fregueses e quanto esse Executivo se tinha esforçado para que o problema da piscina fosse resolvido com maior brevidade ---- Em relação ao elevador, ele nunca funcionou na vida. O elevador fazia parte do processo da piscina, quando ficasse resolvida a questão da piscina ficaria também resolvido o processo do elevador, que bem sabiam a falta que fazia a comunidade, --------- Sobre as esplanadas, os processos não eram tão rápidos como gostariam que fossem, mas estavam a trabalhar e atentos a essas situações e estavam a agir em conformidade dentro das competências e para o bem dos fregueses. Não estavam parados, estavam a trabalhar para que essas questões se resolvessem, tanto da piscina. como do barulho que tanto incomodava os residentes. ---------- Vogal do Executivo Rui Dionísio disse que queria só completar uma resposta ao Senhor Rui Mourão, que falou sobre a questão da falta de espaços verdes na Freguesia. Era uma Freguesia consolidada historicamente do ponto de vista do edificado e até já tinha lançado o repto para que ajudassem a encontrar espaços onde criar espaços verdes. porque não havia propriamente retângulos ou triângulos. Tinham de facto essa dificuldade, porque era um território consolidado. --------- Tendo isso presente, tinham que conservar os existentes e isso tinha sido feito. Tinham pugnado, tanto a custas próprias do Orçamento da Junta de Freguesia, como em colaboração com a Câmara Municipal, era feito um grande esforço e se tinham de memória essas caldeiras que estavam vazias também deveriam ter de muitas outras caldeiras que estavam vazias e que foram preenchidas. Dava alguns exemplos: Rua José Estevão, várias; Rua Pascoal de Melo, várias. Sabia porque tinha morado nessa zona muitos anos e havia ali eleitos que também sabiam, houve muitas caldeiras que estiveram muitos anos sem árvores e nesse momento todas tinham árvores, ---------- A Freguesia a custas próprias fez a maior plantação desse século em espaços verdes, foram para cima de 150 árvores a custas próprias e com alguma colaboração da Câmara Municipal. Portanto, dizer que não se tinha investido e que não se tinha plantado não correspondia àquilo que tinha sido a realidade. ---------- Havia um tema que suscitava sempre alguns risos nos lábios de algumas pessoas, para além dessas árvores todas tinham ainda 52 árvores, uma por cada semana do ano. Essas árvores eram viveiros, às vezes eram mal-entendidas e as pessoas fixavam-se só nessas árvores, esquecendo as tais 150 para cima que se plantaram em terra. Essas árvores eram oliveiras e romãzeiras, estavam para normalizar o espaço público, eram mais resistentes do que por exemplo os balizadores que estavam sempre a ser rebentados, impediam o estacionamento abusivo em segunda fila ou em locais inapropriados, contribuíam para que as pessoas saíssem à rua e não vissem só motas ou



só carros, viam natureza. As romãzeiras deram flores, deram frutos, estavam todas vivas e as oliveiras estavam todas vivas. ---- As árvores de fruto tinham maior capacidade do que as outras, que eram as árvores de alinhamento em caldeiras nos passeios, de absorção de gases poluentes que existiam na atmosfera por via das viaturas que circulavam com motores a combustão. Estavam ali e seriam depois plantadas em terra e depois haveria uma rotatividade. Era uma forma ágil que a Junta de Freguesia encontrou para ter árvores e alguns pequenos espaços verdes sem ter que abrir caldeiras,--------- Nesse momento, no âmbito dos CDCs, por exemplo já foi lançado o concurso para a execução da obra à volta do Mercado de Arrojos. Nunca teve árvores e iria ter cada um daqueles cabecamentos que foram pintados, eram oito e teriam três árvores, 24 árvores com um banco e quando as árvores crescessem teriam sombra, as pessoas poderiam usufruir daquela sombra e estarem a usufruir do espaço público. Isso estava para acontecer daí a nada, esperavam que o concurso público vencesse as suas tramitações legais.--------- A Rua Carlos Mardel que tinha nesse momento 11 árvores, nunca teve árvores. Não era um projeto da Junta, mas foi um projeto que a Junta acarinhou com a Câmara Municipal e com o financiamento europeu no âmbito do projeto Conexus. O projeto que tinham para a Rua de Arroios também estava na mesma fase do concurso público dos encabecamentos do Mercado de Arrojos. Tinham anunciado inicialmente cerca de 20 e tal, ia para cima de 30 árvores, numa rua que nunca teve árvores. ----------- Portanto, quando diziam que não tinha sido feito um esforço de plantar árvores e de criar espaços ou estruturas verdes na Freguesia, pedia desculpa por se entusiasmar com essas coisas, gostava de verde e tinha sido feito um grande esforco. O próprio projeto da Praça das Novas Nações previa que na Rua de Angola fossem plantadas árvores e nunca houve árvores naquela rua. ---------- Estavam a ser plantadas muitas árvores e seriam abertas caldeiras em ruas que nunca tiveram árvores. Tentariam minimizar através dessas intervenções o tal efeito tão indesejado da ilha de calor. Queriam as ilhas frescas e não as de calor. ---------- A Senhora Presidente da Junta perguntou se antes de passarem ao ponto seguinte podia fazer uma proposta à Mesa. O Executivo gostava de propor um minuto de silêncio pelas vítimas de Espanha.--------- (Por deliberação unânime, nesta altura a Assembleia de Freguesia cumpriu um minuto de silêncio pelas vítimas dos temporais de Espanha)---------- Ponto 2 - Alteração orçamental modificativa n.º 2/2024;--------- O Senhor Tesoureiro do Executivo disse que a Junta propunha ao órgão deliberativo da Freguesia uma pequena, mas importante alteração orçamental e que tinha essencialmente os seguintes pontos: ao nível da receita a incorporação de 93.000€ (noventa e três mil euros) correspondentes a 3% do contrato de delegação de competências nº 5. Portanto, tinha a ver com o facto de haver uma taxa de execução superior a 97%. Isso era o contrato de delegação de competências de 2019. --------- A nível da receita, 3.977€ (três mil novecentos e setenta e sete euros) correspondentes a um pequeno acréscimo da Câmara Municipal de Lisboa, relacionado também com o CDC das atividades de animação e apoio à família e as componentes de apoio à família do ano de 2024-2025 e 2025-2026. Portanto, foi aí que a Câmara subiu ligeiramente o valor. -----







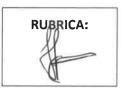
realizar uma auditoria de conformidade de procedimentos e não uma auditoria
financeira A questão era simples e gostariam de ter uma resposta muito objetiva da parte do Executivo, se existia ou não existia, a decorrer ou que tivesse já decorrido uma auditoria financeira aos períodos entre 2019 e 2021
Outra questão era saber qual a razão do Executivo não ter disponibilizado à Assembleia o resultado dessas duas auditorias que, segundo sabiam, foram direcionadas para o Ministério Público
Se o membro da Juventude Popular já não estava nesse momento a desenvolver atividade e recordava que foram feitos com ele três contratos no valor de 65.250 euros para realizar, ao fim e ao cabo, uma auditoria de procedimentos, porque segundo sabiam a auditoria financeira não existia ainda, portanto mais que esse senhor no final da auditoria de procedimentos que realizou sugeria que fosse feita uma auditoria
financeira Havia um grande equívoco relativamente a essas auditorias, quantas haveria, se já todas terminaram, se só havia duas que terminaram e foram enviadas para o Ministério Público. Então, onde estava a auditoria financeira que falavam desde o início do mandato?
Era importante o Executivo de uma vez por todas esclarecer a Assembleia relativamente a essas questões e se nesse momento o Executivo não estava em condições de responder mais uma vez o PS podia formalizar por escrito esse pedido de forma a não cair no esquecimento.
Eleita Maria Catarina Silva (PS) disse que tinham mais quatro questões relacionadas, nesse caso o projeto de alteração orçamental. Os dois pontos intervenientes de verba, era exatamente um deles no espaço público, o que era provavelmente o ponto mais crítico da Freguesia e ia no âmbito do CDC que foi celebrado em maio de 2023 para quatro eixos de oito obras e uma aquisição muito importantes
Na última sessão tinham perguntado quantas tranches já teriam sido transferidas para a Junta de Freguesia de Arroios e ficaram a aguardar a resposta. Reiterava que nas Assembleias anteriores, tendo questionado qual era a taxa de execução, também fizeram um pedido por escrito e abordaram essa taxa agora
Isso levava a outra questão, porque de acordo com o CDC as despesas eram pagas quando apresentadas à Câmara Municipal. Ou seja, para terem recebido até agora determinadas tranches teriam apresentado despesas à Câmara e isso significava que se já receberam 97% do CDC, de acordo com aquilo que estava ali, à partida já tiveram despesas. Significava que já receberam 3.498.227 euros, de um total de 97% do CDC. Perguntava onde estaria o resto da obra e qual era a previsão de conclusão das várias obras
O Senhor Tesoureiro do Executivo disse que a Eleita Catarina Silva parecia estar a misturar os CDCs. A taxa de execução superior a 97% o CDC 5 de 2019, não o CDC atualmente, em que as obras estavam a arrancar e algumas delas já estavam no terreno. Portanto, estariam a baralhar o CDC de 2019 com o CDC atual. O CDC 5 de 2019 tinha uma taxa de execução perto de 100% e por isso estavam a receber esses 3%

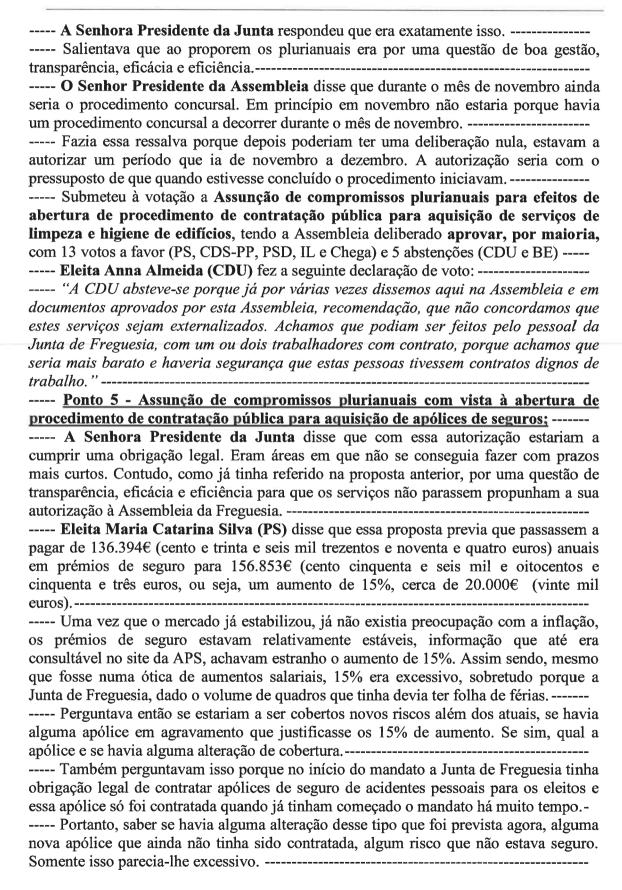


determinado prazo. Portanto, ainda estavam a respeitar o prazo, não estavam atrasados e ainda a tempo de responder. Não estava esquecida a resposta.---------- Em relação às auditorias, foi publicamente ali dito em Assembleia que os eleitos poderiam ter acesso às auditorias perante requerimento, porque estava a ser um processo em tribunal. Esse requerimento nunca foi feito por nenhum dos partidos ali presentes. Contudo, o jornalista que fez a peça tornou-se assistente do processo e o tribunal indicou que a Junta de Freguesia teria que dar acesso à informação solicitada pelo mesmo --------- Outra questão era que sim, foi o doutor Francisco Camacho que fez a auditoria procedimental. Sobre as auditorias a informação estava disponível para a Assembleia, a auditoria financeira existia e podia ser consultada. --------- O Senhor Presidente da Assembleia disse que chamava a atenção do Executivo em relação ao disposto na alínea d) do número 2 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, onde se podia ler o seguinte: "Compete à Assembleia de Freguesia conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos resultantes de ações tutelares ou de auditorias executadas sobre a atividade dos órgãos e serviços da Freguesia."---------- Portanto, havendo duas ou três auditorias, pelo que percebia eram três, uma financeira, uma procedimental e uma informática, aquilo que perguntava era desde quando elas existiam e quando o Executivo tinha intenção de dar cumprimento a essa alínea d) do número 2 do artigo 9.º. ----------- A Senhora Presidente da Junta respondeu que essas auditorias existiam com data de março de 2024 e a informação já foi passada para o Senhor Presidente da Mesa. --------- O Senhor Presidente da Assembleia disse que as auditorias não chegaram à Mesa. Estariam disponíveis, mas ainda não chegaram à Mesa. A questão que estava a ser suscitada era quando seriam dadas a conhecer aos eleitos. ---------- A Senhora Presidente da Junta Disse que os eleitos há muito tempo podiam ter acesso às auditorias. Na altura foi falado até perante requerimento e nunca ninguém fez nenhum requerimento.-------- O Senhor Presidente da Assembleia perguntou se havia disponibilidade para a consulta. --------- A Senhora Presidente da Junta respondeu que havia disponibilidade para a consulta. --------- O Senhor Presidente da Assembleia disse que então poderiam fazer uma Assembleia extraordinária com esse ponto, para poderem consultar e serem prestadas essas informações. ---------- A Senhora Presidente da Junta respondeu que sim, com certeza.---------- O Senhor Presidente da Assembleia disse que queria perguntar outro aspecto ainda em relação à alteração orçamental modificativa. --------- Via ali as alterações dos CAFs e das AAAFs, etc., mas na delegação de competências referente a 2023 houve uma alteração de valores da parte da Câmara Municipal de Lisboa que pressupunha a devolução de uma determinada quantia a cada encarregado de educação. Nunca foi a essa Assembleia a alteração modificativa em relação a esses valores e perguntava se esses valores já foram devolvidos aos pais. ---------- Uma pergunta que em tempos tinha feito e que ficou no ar, quem recebia a receita do pagamento dos encarregados de educação e como era disponibilizada a quantia recebida da Câmara a nível dos CDCs no âmbito dos CAFs e das AAAFs. ------

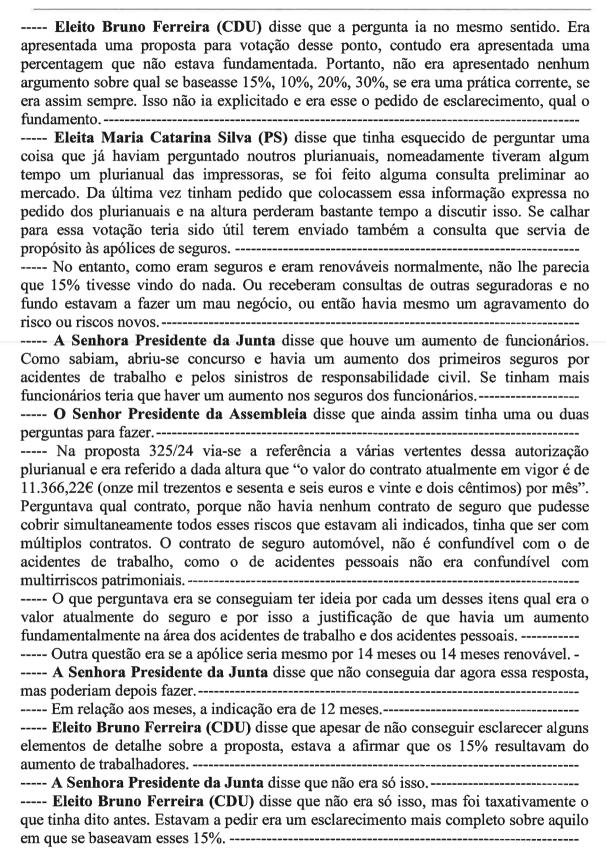


Via uma alteração orçamental modificativa em que isso era contemplado e não
tinha visto as anteriores
A Senhora Presidente da Junta explicou que a receita proveniente dos
pagamentos dos encarregados de educação era sob a responsabilidade do Lisboa
Ginásio Clube, que já não estava a fazer a gestão
O Senhor Presidente da Assembleia disse que então, se bem percebia, a quantia
foi devolvida pelo Lisboa Ginásio Clube aos encarregados de educação. Perguntou se o
Executivo tinha esses comprovativos
A Senhora Presidente da Junta respondeu que foi feita uma reunião com o
Lisboa Ginásio Clube e foram pedidos esses comprovativos do pagamento feito aos
encarregados de educação, exatamente
O Senhor Presidente da Assembleia referiu que isso não foi objeto de alteração
orçamental. Perguntou como foi feito esse movimento contabilístico
A Senhora Presidente da Junta disse que pensava ainda estarem a aguardar
informação desses pagamentos
O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções,
submeteu à votação a Alteração orçamental modificativa n.º 2/2024, tendo a
Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 13 votos a favor (PS, CDS-PP,
PSD, IL e Chega) e 5 abstenções (CDU e BE)
Ponto 3 - Regulamento do Fundo Social da Freguesia de Arroios (Lisboa);
A Senhora Presidente da Junta disse que a proposta foi aprovada em Executivo,
foi colocada em consulta pública e agora ia à Assembleia de Freguesia para uma decisão
final. Era de salientar o facto de através desse fundo ser aumentada a abrangência a um
maior número de pessoas da Freguesia
Através desse fundo pretendiam desenvolver uma ferramenta que seria
complementar aos que já existiam, com esse fundo podiam dar respostas a situações que
não se enquadravam nos apoios já existentes. O Executivo sentiu necessidade de criar
essa nova ferramenta para que fossem abrangidas mais famílias com apoios sociais e
que não se enquadravam nas respostas que já existiam
O Senhor Presidente da Assembleia perguntou qual era a dotação orçamental em
relação a esse apoio da Freguesia de Arroios
A Senhora Presidente da Junta respondeu que a dotação orçamental era de 25
mil euros
O Senhor Presidente da Assembleia submeteu à votação o Regulamento do
Fundo Social da Freguesia de Arroios (Lisboa), tendo a Assembleia deliberado
aprovar por unanimidade
Ponto 4 - Assunção de compromissos plurianuais para efeitos de abertura de
procedimento de contratação pública para aquisição de serviços de limpeza e
higiene de edifícios;
A Senhora Presidente da Junta disse que essa proposta tinha especificamente a
ver com a limpeza dos mercados e outros serviços que, além de uma limpeza específica,
eram também serviços complexos e que tinham que cumprir com certos e determinados
padrões e exigências de saúde pública
Nessa proposta viam que havia necessidade de ter ali uns serviços técnicos e
especializados, indo colmatar a questão dessa especificidade
O Senhor Presidente da Assembleia perguntou se essa proposta de autorização
plurianual era para vigorar entre novembro de 2024 e dezembro de 2025

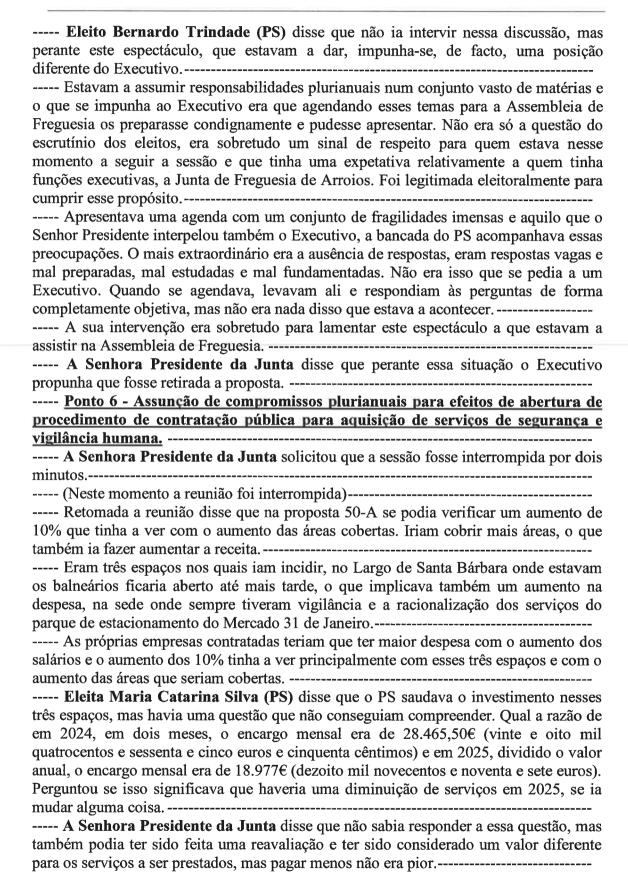




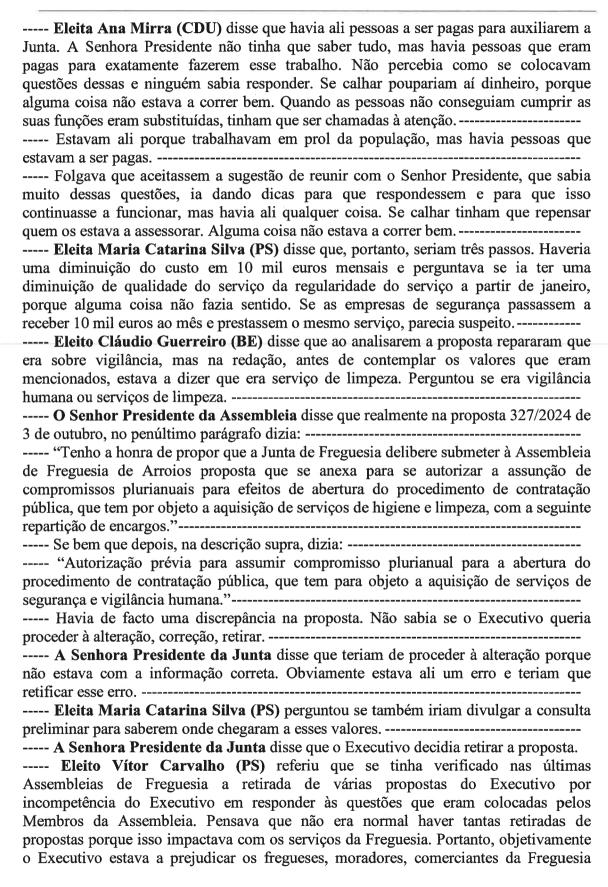




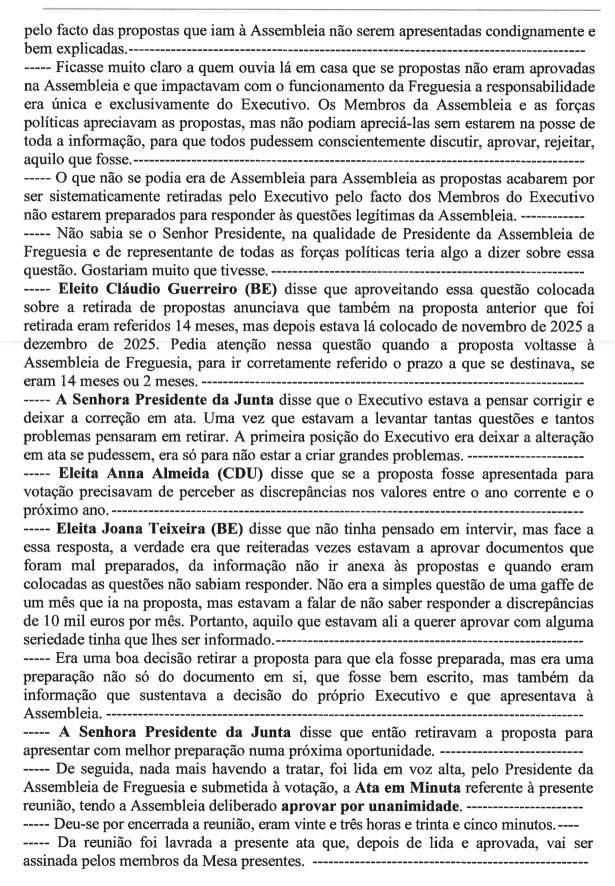












RUBRICA:

Da reunião foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes
1.°SECRETÁRIO 2.°SECRETÁRIO
PRESIDENTE